



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE DISCUSSÃO A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Josenilson Viana Guedes
Gislaine Felix de Oliveira
Alda Maria Duarte Araújo Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: gabinete@reitoria.ufrn.br

Resumo: Este texto analisa as possibilidades da construção de um projeto político pedagógico que dialogue com a sociedade para enfrentar a violência na escola. Dessa forma, a nossa problematização é tentar investigar como o projeto político pedagógico pode se tornar um potente articulador no desenvolvimento de políticas de prevenção à violência escolar, partindo do pressuposto de que é necessário dar visibilidade no PPP às questões da violência escolar e suas formas de enfrentamento. Para construção do texto, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica. Como resultados preliminares podemos apontar que as questões que envolvem o PPP devem ser sempre pensadas como fundamentais no fortalecimento do papel da educação, devendo este ser construído através de movimentos e articulações democráticas com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Violência; Escola.

INTRODUÇÃO

A educação se constitui como um direito humano. Nesse sentido, todo e qualquer cidadão tem o direito de ter acesso à educação, através das instituições escolares. A Constituição Federal - CF (BRASIL, 1988) do nosso país, em seu artigo 205, assegura a educação como um direito de fundamental. Sinaliza a CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, CF. 1988).

A participação da sociedade na garantia desse direito se torna indispensável para que essa cumpra o seu papel humanizador. Apesar dos avanços dos últimos anos no que se refere ao aumento do acesso em todos os níveis de educação, ainda nos deparamos com barreiras consistentes que precisam ser superadas em nosso país, como a garantia da qualidade e da permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, precisamos fortalecer a rede de relações entre a escola e a sociedade como caminho para a formação cidadã; ou seja, contribuindo com atitudes e valores que possibilitem uma formação ética, solidária, crítica e participativa na sociedade.

Compreende-se que os problemas da educação pública brasileira são diversos, entre eles pode-se destacar: a falta de estrutura; escolas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

insuficientes em algumas localidades; falta de investimento no que se refere à educação básica; desvalorização dos profissionais da educação com relação aos salários e a formação; e, conforme discute-se na atualidade, a qualidade do acesso e a permanência. Além disso, há outros problemas que se somam a esses, como a ocorrência de casos de violência dentro das escolas, problema que está presente em diversos estabelecimentos de ensino.

A questão da violência no âmbito escolar não é recente, mas assume em cada época diversificadas curvaturas e apresenta diferentes características. A problemática da violência escolar tem causado evasão, angústia nos profissionais que não sabem lidar com essa questão e, principalmente, tem afetado o processo de aprendizagem e desempenho dos alunos.

Dessa forma, pretende-se evidenciar nesse artigo as possibilidades do debate e construção do Projeto Político Pedagógico como um potente articulador no desenvolvimento de políticas de prevenção à violência escolar. Entende-se que a formulação e a implementação desse documento na escola proporcionam uma formação crítica e participativa, pois convida a sociedade a entender as pilares de sustentação escolar e possibilita a valorização da cultura local. Buscando compreender os caminhos para construção do projeto político pedagógico, tendo o cuidado em dar visibilidades às questões que envolvem esse documento e ressaltando que o mesmo não deve ficar escondido nos armários de arquivos da escola, mas sim ser construído e executado por meio de movimentos e articulações democráticas com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar (interna e externamente).

O texto está organizado em três tópicos principais de discussão, a saber: num primeiro momento, aborda-se a educação como direito social, elencando alguns marcos legais, onde se discute sobre o processo de redemocratização da educação; aborda-se, em seguida, o Projeto Político Pedagógico da escola, encaminhando a discussão sobre a relevância da existência do documento, assim como sua aplicação, no âmbito escolar, e como é fundamental o processo de construção democrática, inserindo grupos internos e externos ao espaço escolar. No terceiro tópico, discute-se a problemática da violência escolar, apontando possíveis causas e seu enfrentamento no cotidiano da escola, tendo o PPP como documento que reúne os debates, as discussões e as ações planejadas coletivamente, objetivando a erradicação da violência.

1. EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL: ALGUNS MARCOS LEGAIS

O processo de redemocratização do Brasil é um importante ponto para que se possa analisar as mudanças ocorridas no processo histórico da nossa educação. Com o movimento da constituinte em 1988, ganham destaque o debate da formulação da LDB nº 9.394/96, que traz a discussão da participação na formulação das



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

propostas pedagógicas, a valorização dos profissionais de educação e o fortalecimento do papel da escola. Esse momento possibilitou a garantia de um espaço escolar com bases e fundamentação, assim com na participação de todos que compõem a comunidade escolar, tendo como princípio fundamental a gestão democrática.

Nesse contexto, tal processo foi muito importante para o estreitamento de laços na construção dos papéis que envolvem a escola, como a concretização e ampliação dos espaços participativos, a criação de ambientes que possibilitaram o diálogo e a construção dos movimentos democráticos da escola assumindo um papel importante na formação cidadã do aluno.

A partir desse novo modelo de pensar a escola e a gestão democrática, outros grandes temas também ganham espaço na construção do papel social da educação, como a questão da desigualdade social e econômica, que é reproduzida pelo nosso sistema de ensino, bem como a qualidade e melhorias no sistema educacional do país, são temas que entram na discussão em torno da temática da Educação.

Os debates que envolviam a melhoria na qualidade do ensino buscavam dar conta, em todo o Brasil, da necessidade de descentralizar e democratizar a gestão escolar, garantindo a ampliação participativa de todos que compõem esse espaço e a comunidade em que a escola se faz presente.

É nesse momento que planejamento, articulação e construção do Projeto Político Pedagógico criam formas e forças para a consolidação de um ambiente escolar participativo. Pois, no processo de construção do PPP, é impossível a garantia de seu funcionamento sem que exista uma base democrática de formulação e debate.

Diante das discussões trazidas por autores como Vasconcellos (2002) e Veiga (2006), é possível apontar que existem lacunas no processo pedagógico de construção do PPP, encontrando barreiras na falta de participação dos pais, dos alunos e dos profissionais de educação na construção e fortalecimento da escola democrática. Entendemos que, para funcionar, esse processo necessita das mudanças no regimento interno da escola através da formação de lideranças estudantis (grêmios), criação de conselhos escolares em que se garanta a participação de todos que compõem o espaço escolar e toda a comunidade com debates de plenárias para o auxílio na construção de um Projeto Político Pedagógico democrático e participativo para que se reinventem novas formas do fazer gestão, formando, finalmente, um espaço de cultura participativa e valorização dos aspectos democráticos.

Dessa forma, o maior desafio do sistema educacional é sair das amarras que caracterizam a escola como um ambiente homogêneo, de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

discursos que não valorizem a diversidade e a pluralidade cultural, desconsiderando as vivências sociais do alunado. Pensar nessa questão é pensar como os alunos constroem sua participação na escola. A escola precisa dialogar com eles, que são a própria representação da diversidade cultural, pois não dialogar com os alunos e comunidade é desvalorizar, desconsiderar e não reconhecer essa diversidade. É necessário pensar em ampliação dos espaços de debate e desconstrução das mais variadas formas que se apresenta a violência na nossa sociedade.

A escola, enquanto instituição que contribui para a garantia e oferta de educação de qualidade, gratuita e laica, também cumpre a função social de promotora de direitos constitucionais. Consequentemente, tem como um dos seus papéis a formação cidadã em valores e atitudes que possam fortalecer as políticas de mediação nos casos de violência, principalmente no que se refere à vulnerabilidade social de milhares de crianças, jovens e adultos espalhados pelas cidades brasileiras. Nesse sentido, a violência dentro da escola coloca-se nesse cenário como sendo um dos mais preocupantes problemas da atualidade.

A escola, portanto, possui a tarefa de contribuir para o processo de ressignificação dos sujeitos e das realidades existenciais. Como esclarece o Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas, oferecido pelo Ministério da Educação, precisa-se enxergar além: “Entender que a escola não é a fonte essencial das desigualdades sociais, nem reflete passivamente a ideologia dominante [...]” (BRASIL, 2014, p.28).

Portanto, a escola pode contribuir para esse processo de transformação social e contribuir, também, para o resgate, humanização e favorecimento dos valores universais. Para tanto, se faz necessário que todos os sujeitos da escola, pais, alunos, gestores, professores, equipe pedagógica e técnica discutam esse papel de ressignificação do espaço escolar e que estejam dispostos a contribuir para esse processo que vai além dos muros da escola.

Através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a nossa Constituição Federal se fortalece, no sentido de tornar mais clara e obrigatória a garantia dos direitos relativos ao desenvolvimento humano às crianças e aos adolescentes.

A escola precisa compreender essas políticas e se apropriar de novos conceitos que favoreçam e valorizem a participação, a igualdade e o reposicionamento social. Ainda no contexto da ampliação das políticas públicas, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do papel social da educação frente às problemáticas sociais que vivenciamos, o Governo Federal, através da Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa Mais Educação como estratégia para implantar e expandir a educação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

integral no Brasil. Identificam-se, claramente, as ações intersetoriais, sobretudo em seu artigo 4º. Vejamos:

Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios: I - Ministério da Educação; II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; III - Ministério da Cultura; e IV - Ministério do Esporte.

Nesse sentido, a Educação Integral visa intensificar os processos de garantia local e setoriais das políticas sociais (BRASIL, 2009) articuladas às instituições escolares por meio das parcerias entre entes governamentais e comunidades locais, visando o fortalecimento da educação como direito social e construção de uma prática pedagógica que fortaleça os vínculos, a cidadania e as relações entre direito e efetivação do direito.

Estabelece-se, assim, um projeto de educação alinhado às demandas sociais e comprometido com a democracia. A escola, por sua vez, deve situar sua localização, mapear sua realidade, apontar os fatores de risco e de proteção, bem como promover espaços de debates e de reflexão acerca das problemáticas existentes e intervir nelas.

Embasados em documentos oficiais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a escola tem em suas mãos a possibilidade de promover uma educação para a liberdade. Esses documentos apontam caminhos mais concretos para debater, discutir, problematizar e enfrentar a questão da violência nas escolas.

Criando redes de relações que devem ser compartilhadas entre alunos, professores, gestores, equipe pedagógica e técnica, contando também com agentes externos, como família e a comunidade inseridas no ambiente escolar, participando de todos os debates que interessam ao núcleo escolar, a instituição conseguirá encontrar efetivas soluções para os problemas encontrados diariamente no cotidiano da escola. Nesse sentido o PPP pode ser um importante mapa para trilhar o caminho rumo a uma educação mais problematizadora e cidadã.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: FORMANDO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Projeto Político Pedagógico deve ser o documento direcionador do trabalho escolar. A construção desse documento é a primeira ação que deve ser pensada por qualquer gestão escolar, pois é a partir dele que os sujeitos da escola caminham, reestruturam e avaliam seu funcionamento.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Esse projeto não deve ser concebido de forma isolada ou fragmentada, mas com uma visão de sociedade, um engajamento coletivo e democrático. O PPP não pode e não deve ser encarado como algo fechado, mas aberto e inacabado. A construção desse documento é bastante complexa e delicada. Ela pressupõe uma articulação entre ideias e culturas diversas, conflitos e contradições (VEIGA, 2010), por meio dos quais se busca “eliminar relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola” (VEIGA, 2010, p. 01).

A escola, enquanto instituição inserida num contexto social que está imerso num universo cultural plural, diverso e rico em identidades, tem uma responsabilidade de fato complexa e desafiadora. Complexa devido à diversidade existente nos diversos sujeitos providos de saberes adquiridos ao longo da vida. O desafio está justamente na administração dessas diversas identidades constituídas de produção humana, entendida como a própria cultura. Nesse sentido, a escola produz saberes para intervenção na sociedade, e, por esse motivo, as parcerias se colocam como fundamentais para que a escola desenvolva o seu projeto de educação em conformidade com a necessidade e a realidade social.

Segundo Carbonell (2002), a concepção de projeto político pedagógico como organização do trabalho escolar está fundamentada nos princípios da escola democrática, pública e gratuita. Alguns desses princípios são: Liberdade - Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, avaliar e socializar, possibilitando autonomia; Solidariedade – Amor ao próximo; Pluralismo – respeito às diversidades; Igualdade - condições para acesso e permanência na escola; Qualidade - escola de qualidade para todos; Transparência - clareza das intencionalidades entre os protagonistas; Participação - princípio básico da democracia. Esses fatores, não podem ser resumidos ao instante da eleição, do voto, mas exige abertura para o debate e uma construção de uma democracia representativa.

Segundo Gadotti (2000), não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola, por isso mesmo, será sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Diante das considerações acima, podemos apontar que o Projeto Político Pedagógico deve ser encarado na perspectiva do planejamento participativo. Logo, sua elaboração, implementação e avaliação deve adotar a metodologia de mobilização e tomada de decisões conjuntas. É necessário mobilizar todos para construir juntos, a partir do diagnóstico escolar, os novos rumos da instituição. A instituição deve tomar



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

como referência um posicionamento de intervenção na realidade posta. Esse posicionamento, que não é apenas institucional, mas também de cada sujeito, se torna o instrumento de interação da comunidade e de intervenção na realidade escolar.

Por isso a necessidade de um Projeto Político Pedagógico atual e democrático, que direcione o trabalho da escola. No entanto, o que se observa em diversas realidades é que o PPP não é encarado como caminho para debate, reflexão e resolução desses conflitos, ocasionando assim diversos outros problemas. Alguns fatores podem promover essa não participação, fatores que vão desde o desinteresse dos responsáveis em participar do cotidiano escolar dos alunos, bem como a pouca disposição da gestão escolar e da equipe pedagógica em articulações que estabeleçam uma relação democrática com a sociedade.

Os conflitos entre pessoas são inevitáveis, levando em consideração que em suas particularidades os seres humanos são diferentes. Em relação à escola, essa problemática é recorrente. A partir disso podemos problematizar alguns questionamentos: isso ocorre pela falta de compromisso dos agentes escolares (diretores, professores, equipe administrativa) que desconsideram qualquer ação de conflito existencial no próprio ambiente? Há uma ação conjunta entre escola e sociedade? A escola compreende que a violência é um fator social e reflete essa realidade? Refletir nesses questionamentos é fundamental para que a temática não seja apontada como um problema apenas da escola e dos que dela participam, mas que pode ultrapassar essas barreiras e se colocar como instituição que contribui para discussão, reparação e enfraquecimento da violência na sociedade.

Discutir sobre a violência na escola é fundamental, pois esse é um tema atual e que atinge muitas escolas no Brasil e, porque não dizer, no mundo. Podemos dizer que no ambiente escolar ela se manifesta de forma assustadora diante dos diversos casos que se estampam cotidianamente na mídia.

Para que a escola possa ao menos debater a temática da violência no ambiente escolar é necessário que a gestão reconheça os conflitos e os encare. Em seguida, discutir os problemas com toda a equipe escolar e com os pais para juntos criar estratégias para erradicar o problema. Para que essa problemática seja superada é necessário que a gestão desenvolva ações de prevenção na intenção de tornar o ambiente escolar harmonioso, tais como: compreender como se dá o conflito para que ele seja resolvido, podendo intervir através do diálogo, assim procurando soluções simples e imediatas, complexas e não imediatas. Em longo prazo, a gestão escolar deve priorizar ações pedagógicas que de forma contínua possam colaborar na manutenção de um convívio respeitoso e constante, onde os alunos, conforme defende Paulo Freire, sejam sujeitos do seu próprio



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

destino e desenvolvam habilidades recíprocas de amor, solidariedade e alteridade.

Nesse sentido, pode-se apontar de forma preliminar que há uma relação de causa e efeito entre a ausência da prática democrática na construção do documento que direciona o funcionamento da instituição e a violência no ambiente da escola. Pois, através da formulação do PPP juntamente com todos que compõem a comunidade escolar, seria possível perceber em quais pontos se efetivaria a ação e o melhor caminho para os direcionamentos dos mais variados casos de violência, sem que essa ação fosse de alguma forma transferível de responsabilidades, auxiliando na aproximação entre gestão escolar, equipe pedagógica, conselho escolar, representação estudantil e comunidade.

Uma estratégia que pode fortalecer a ação da escola no combate à violência é a criação e manutenção dos conselhos escolares. Entendemos que o problema da violência não é algo fácil de lidar, mas precisam existir na escola estratégias para mediação de conflitos. Compreende-se que as linhas democráticas de debate e problematização são direcionamentos possíveis e que podem ser fortificados para além dos muros da escola. O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta que pode ser ao mesmo tempo construído, debatido e avaliado também pelos conselhos escolares.

Os conselhos escolares têm por objetivo atuar nas escolas em regime de colaboração, ampliando os espaços participativos e democráticos, bem como fortalecendo a funcionalidade do projeto político pedagógico. Essa iniciativa possibilita encaminhamentos e a promoção dos debates, assim como discussões que envolvem o campo educacional. Como, por exemplo, o problema da violência escolar.

Compreendemos que essa problemática ultrapassa o campo educacional, mas não temos dúvida que a escola precisa discutir, planejar e criar estratégias para executar no dia a dia escolar. Assim, o conselho escolar também contribui para garantia da inclusão e participação de todos que estão interligados a comunidade.

Reconhecemos as dificuldades de implementação dos conselhos escolares nas escolas, ainda por encontrar barreiras, seja na estrutura física ou na equipe que compõe a escola, ou por fatores políticos, porém essas dificuldades precisam ser superadas. Encontrar mecanismos para o funcionamento e manutenção da democracia representativa nas escolas é um grande passo para quem busca entender o fenômeno da violência na sociedade.

3. A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUA ARTICULAÇÃO COM O PPP

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A violência é algo que faz morada presente nas sociedades, desde os primeiros registros de surgimento, assumindo diversas posturas e formas de acordo com o momento histórico. Segundo Chauí (1994, p. 336), “desde a Antiguidade Clássica até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la, controlá-la”.

Nesse sentido, não estamos vivendo em um momento especificamente violento, pois devemos levar em conta que a humanidade sempre esteve em contato com as questões que envolvem os atos de violência. O que temos hoje na contemporaneidade é uma conscientização das condições possíveis para pensar essa problemática, através da produção dos discursos, desigualdades sociais, o conflito entre culturas e entre outros fatores. Segundo Oliveira (2013), “Não se trata aqui de encontrar “desculpas” para os casos de violência, mas de considerar que há muitas variáveis quando nos colocamos a analisar a questão.”

Como presenciamos cotidianamente, seja nos nossos ambientes de convivência ou por meio de relatos, a violência é um fenômeno social que a cada dia cresce assustadoramente. A escola, por sua vez, está sofrendo com essa problemática. Segundo Zenaide (2003) as formas de violência alcançam na atualidade uma gama de manifestações, que vão desde as relações conjugais e parentais até as relações organizacionais e estruturais, numa multiplicidade de formas, significados e causalidades (p. 74).

Quanto aos níveis de ação, as manifestações de violências podem se dar no plano físico, moral e psicológico e simbólico. A violência física implica em violação da integridade das pessoas, resultando sobre a vida e a saúde, como forma de dominação e sujeição. A moral opera no plano da integridade do sujeito, podendo refletir no plano psicológico. Já a simbólica utiliza-se de imagens construídas socialmente contra pessoas, grupos sociais, comunidades, preconceito etc. Conforme Zenaide (2003), podemos observar esses comportamentos no cotidiano da sociedade brasileira.

A escola, por sua vez, reflete esse comportamento violento nas diversas formas descritas pela autora. Nessa discussão, a escola se localiza como um ambiente também de conflitos, pois seu universo de sujeitos apresenta uma diversidade de vivências, culturas e saberes.

Com esse posicionamento podemos questionar como a escola, produzida e produto da sociedade, pode se isentar da violência? O que a escola como instituição tem feito para trazer as vista essa problemática? É pensando nessas possibilidades que devemos questionar sobre todos os aspectos que envolvem e estão relacionados aos atos de violência, bem como as mediações.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As contenções de enfrentamento dos atos de violência no contexto escolar não são diferentes dos caminhos que produzem esses atos, sempre relacionados à opressão, uso da força física, da autoridade para se colocar em uma posição de hierarquia na subjugação ou contra a vontade de uma pessoa ou grupo. A escola é um espaço da diversidade e, mesmo assim, um ponto bastante determinante nos casos de violência, é que ela não consegue lidar com a pluralidade cultural e social dos alunos.

Acreditamos que a escola, quando assegura e garante a participação democrática dos diferentes segmentos sociais e a condução compartilhada das ações pedagógicas conectadas com o PPP, consegue implementar o um projeto de gestão da violência dentro da escola, objetivando assegurar a aprendizagem de todos os alunos de forma pacífica e unificadora.

Por outro caminho, apesar deste trabalho focalizar a relação do projeto político pedagógico como mediação para os atos de violência na escola, acreditamos que, na análise, deva existir uma descentralização sobre a responsabilização dos casos de violência, pois ao entrar no complexo contexto que envolve essa temática constatamos as várias situações que podem viabilizar os processos de condutas tidas como desviantes. Concorde-se com Amado (2001, p.317) quando afirma que “A complexidade da questão obriga a pensar num esquema em que cada fator, de forma sistemática, implique e esteja implicado no resto [...]”.

Assim, os casos de violência devem ser considerados em suas diversas relações no que se refere aos alunos, à escola, à família e ao contexto sociocultural da comunidade escolar e isso só será possível se estiver atrelado com um Projeto Político Pedagógico bem estruturado e posto em prática na escola, para que possa surtir efeito na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que envolver os alunos, professores, funcionários, família e a comunidade no espaço de interação social e cultural faz parte do processo de democratização do ambiente escolar, como tratam os documentos mencionados no primeiro tópico de discussão, pois esse envolvimento possibilita, enquanto gerador de debate, a garantia de uma formação cidadã, que construirá conhecimentos e valores caminhando para proporcionar a solidariedade, criticidade e a participação para o fortalecimento das bases democráticas na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

A escola não pode funcionar como um meio de aprender e deter conteúdos acumulados durante a história; ela precisa se apropriar desses conhecimentos e usá-los para enriquecer o diálogo e o debate colaborativo. A construção do Projeto Político Pedagógico visa essa inclusão e, para tanto, requer a participação de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

todos no debate construtivo. Apenas com um projeto vivo e construído coletivamente se tem conhecimento da comunidade, das culturas e dos sujeitos e das causas dos conflitos na escola. É preciso estreitar os laços entre os agentes internos e externos ao espaço escola e a comunidade.

É consensual entre os estudiosos da temática, entre eles, Amado (2001) e Zenaide (2003), que o problema da violência pode ter relações com vários fatores, mas um dos principais é a não valorização cultural dos alunos, pois muitas vezes a escola apenas educa na dimensão das disciplinas, com parâmetros únicos e fechados, não conhecendo a diversidade presente na escola, não se abrindo ao diálogo, impedindo a construção dos saberes através da diversidade. O desafio, portanto, está na mudança da mentalidade daqueles que podem construir uma escola mais democrática, representativa e participativa na comunidade.

A escola enquanto instituição formadora deve deixar de ser um ambiente de repressão e finalmente assumir um perfil democrático, tornando-se uma instituição aberta e flexível para dialogar com comunidade e voltar-se à formação cidadã dos sujeitos. Dessa forma, caminha-se para mediação e solução do problema da violência. Debatendo direitos fundamentais das crianças e adolescentes, que nesses casos são os que mais prejudicados por toda espécie de violência nas escolas e fora delas, muitas vezes praticada justamente por aqueles que têm a missão legal e constitucional, como os líderes de estados e representantes do povo em seus diversos poderes.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. S. **Interacção pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: Asa, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (2000)**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1982.

BRASIL. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. acesso em 31/03/2015.

BRASIL. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Ministério da Educação. 6. Ed., Atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade (Caderno 3)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

/elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico (Caderno 4) /elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: A mudança da escola.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação.** Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 10 ed. São Paulo: Liberdade, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico.** 10 ed. Campinas: Papirus, 2006.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares...et al. **Ética e Cidadania nas Escolas.** João Pessoa: Editora Universitária, 2003.